RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Guerra do Paraguai: Crise Diplomática Reaviva Debate sobre Narrativa Histórica Ensinada nas Escolas

Declarações de Lula reacendem polêmica sobre versão consolidada de conflito do século 19 contestada por historiadores

O conflito armado mais devastador da história latino-americana voltou a ocupar a agenda diplomática entre Brasil e Paraguai esta semana, reavivando um intenso debate acadêmico que persiste há mais de 160 anos sobre as reais causas e desdobramentos daquele período.



A tensão diplomática emergiu após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar, na última sexta-feira, que "um belo dia o Paraguai resolveu invadir o Brasil", durante pronunciamento em evento paulista focado na importância dos investimentos em defesa nacional.

A frase provocou resposta imediata das autoridades paraguaias, que a interpretaram como uma simplificação excessiva das motivações do conflito. Na quinta-feira subsequente, o governo de Santiago Peña convocou o embaixador brasileiro José Antônio Marcondes de Carvalho para esclarecimentos, enquanto o Congresso paraguaio aprovou moções de repúdio às declarações presidenciais brasileiras.

Este episódio trouxe novamente à tona uma questão historiográfica fundamental: durante décadas, gerações de alunos brasileiros aprenderam uma narrativa que diverge significativamente das interpretações contemporâneas sustentadas por pesquisadores que analisaram extensivamente documentação oficial.

Batalha entre Interpretações Históricas

O conflito estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870, opondo a pequena República do Paraguai, com aproximadamente 400 mil habitantes, contra a Tríplice Aliança composta por Brasil, Argentina e Uruguai, que somavam pouco mais de 11 milhões de habitantes.

Os números finais foram catastróficos para a nação paraguaia. Estima-se que sua população tenha caído para menos de 190 mil pessoas, com perdas desproporcionais entre a população masculina. O historiador Francisco Doratioto, professor emérito da Universidade de Brasília, afirma que "90% dos homens" foram eliminados no conflito.

Contudo, durante aproximadamente duas décadas, a maioria dos estudantes brasileiros recebeu formação baseada em uma interpretação que apresentava uma narrativa radicalmente distinta dos acontecimentos históricos.

A narrativa predominante nas salas de aula brasileiras, popularizada especialmente durante o período da ditadura militar, atribuía o conflito à interferência da Grã-Bretanha. Segundo essa versão, interesses imperialistas britânicos teriam financiado e orchestrado indiretamente a guerra, temendo que o Paraguai se desenvolvesse como potência econômica regional independente.

Nessa perspectiva revisionista, o Paraguai era retratado como nação em trajetória de desenvolvimento avançado, dotada de industrialização, sistemas ferroviários e estrutura social baseada em princípios igualitários. O conflito teria sido desencadeado para destruir esse projeto alternativo de modernidade sul-americana.

Doratioto questiona fundamentalmente essa construção narrativa. "Onde está qualquer documento que comprove envolvimento britânico? Não existe documentação oficial do governo inglês demonstrando interesse em promover guerra na região", argumenta o historiador em entrevista concedida à BBC News Brasil em dezembro de 2024.

A reinterpretação contemporânea do conflito baseou-se em análise minuciosa de documentação oficial de múltiplas nações: Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai e Inglaterra. Doratioto consolidou-se como autoridade no tema mediante publicação de sua obra fundamental "Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai" em 2002. Outros estudiosos que contribuíram significativamente para essa revisão historiográfica incluem Ricardo Salles (1950-2021) e Moniz Bandeira (1935-2017).

A narrativa anterior ganhou circulação massiva através do livro "Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai", publicado em 1979 pelo jornalista Júlio José Chiavenato. Segundo Doratioto, "ele não é historiador e comete erros metodológicos que disqualificariam qualquer dissertação de graduação", mas reconhece que a obra teve "o grande mérito de revitalizar tema abandonado pelos historiadores e militares que operavam com visão ufanista oficial da guerra".

Contexto Político da Revisão Historiográfica

A ascensão dessa narrativa revisionista ocorreu deliberadamente no contexto de resistência ao regime militar brasileiro. Setores progressistas utilizaram a história para desacreditar ícones militares, particularmente o Duque de Caxias, patrono do Exército.

Exemplo eloquente dessa estratégia narrativa é a afirmação de que Caxias teria ordenado que cadáveres de soldados mortos por cólera fossem lançados no rio Paraguai para contaminar tropas inimigas em guerra biológica. Doratioto aponta contradições geográficas: "Os cadáveres nadaram contra a corrente? Isto é absurdo".

Na realidade, segundo o historiador, militares tinham o costume de queimar ou enterrar mortos em campanhas. Como a região era pantanosa, a contaminação da água do rio ocorreu naturalmente, provocando epidemia que matou ainda mais soldados brasileiros. Correspondência do próprio Caxias à esposa lamentava ter perdido "um exército" apenas de cólera antes mesmo do combate direto.

Doratioto reconhece ter ensinado essa versão durante seus anos como docente em colégios paulistas, até ser questionado por um aluno perspicaz: "Se a Inglaterra queria acesso ao mercado paraguaio e provocou a guerra para obtê-lo, qual era a lógica de destruir esse mercado?"

A revisão historiográfica de esquerda tinha objetivo explícito: desmoralizar a instituição militar durante a ditadura. A escolha pela Grã-Bretanha como antagonista, em vez dos Estados Unidos, refletia o cenário de resistência: "A esquerda tinha o imperialismo norte-americano como inimigo, pois os EUA apoiaram o golpe de 1964. Mudava-se o protagonista, mas mantinha-se a semântica do 'inimigo'".

Curiosamente, na Argentina, a mesma narrativa revisionista foi consolidada pela direita: "É pensamento autoritário da direita xenófoba desde décadas de 1920 e 1930, que se constrói contra o imperialismo inglês. No Brasil, é reciclado contra sentimento anti-Estados Unidos".

Análise das Causas Reais do Conflito

Desde sua independência em 1811, o Paraguai enfrentava situação geográfica desfavorável: encurralado sem acesso ao oceano, dificultava o escoamento internacional de seus produtos principais—erva-mate e madeira.

Localizado no coração continental sem oferecer metais preciosos relevantes para economia colonial, o Paraguai havia experimentado isolamento prolongado mesmo sob domínio espanhol. Consequência disso foi formação social única: "era e ainda é a única sociedade da América do Sul bilíngue, com cultura guarani entranhada na cultura do colonizador", exemplifica Doratioto.

Após independência, a elite portenha "tentou se tornar centro de poder, buscando manter subordinadas todas as províncias do antigo Vice-reino do Rio da Prata—Uruguai, Bolívia e Paraguai". O Paraguai recusou-se a essa subordinação e permaneceu isolado.

O ditador Gaspar de Francia (1766-1840) estabeleceu regime "impressionante, quase surrealista": rompeu com Roma criando Igreja Católica própria, proibiu casamentos interculturais, prendeu parcela da elite. Esse isolamento reforçava justificativa para seu poder centralizado e autoritário.

Seu sucessor, Carlos Antonio López (1790-1862), possuía "visão clara da situação complicada" e tentou abrir o Paraguai de forma controlada, conquistando apoio do Império Brasileiro interessado em contrabalançar poder argentino no xadrez geopolítico regional.

López financiou envio de dezenas de jovens para estudar na Europa, contratou empresa inglesa para representar interesses paraguaios junto às grandes potências e começou investir em material bélico. Técnicos ingleses foram contratados para obras pontuais de infraestrutura.

"Mas o Paraguai era país agrícola, sem escolas superiores, tinha apenas uma fundição de ferro e pequena ferrovia ligando Assunção a acampamento militar—a terceira da América Latina", observa Doratioto.

Essa modernização tinha finalidades puramente militares defensivas, não visava sociedade igualitária ou justiça social. Com morte de López, a presidência passou ao filho Francisco Solano López (1827-1870), menos pragmático que o pai e autor da declaração de guerra que tornaria o conflito inevitável.

Segundo historiador Moniz Bandeira, motivação foi econômica: na década de 1860, o isolado Paraguai enfrentava crise fiscal que inviabilizava prosseguimento do projeto de modernização paterno. "Para aumentar exportações, o Paraguai precisava encontrar saída para o mar", resume Doratioto. Mesmo assim, o país teria enfrentado dificuldades: "era pequena nação de agricultura com técnicas medievais. Nenhum agricultor paraguaio tinha interesse em produzir mais para exportação. Eram agricultores de subsistência em nível muito baixo".

Questionando o Envolvimento Inglês

Doratioto encontrou evidência significativa sobre desinteresse britânico em conflito: correspondência do diplomata Edward Thornton, embaixador britânico na Argentina e Paraguai baseado em Buenos Aires.

Dirigindo-se ao chanceler paraguaio José Berges, Thornton escreveu que "a Inglaterra também está em atritos com o Brasil" e que "particularmente, se puder servir, mesmo que minimamente, para contribuir à reconciliação dos dois países, espero que não hesite em me utilizar". A carta data de 7 de dezembro de 1864, apenas cinco dias antes da declaração de guerra paraguaia.

Historiadores revisionistas argumentam que financiamento estrangeiro às campanhas brasileira e argentina comprova interesse inglês. Doratioto contextualiza: "A lógica do capital não tem nacionalidade nem patriotismo. Banqueiros ingleses emprestaram ao Brasil e Argentina, obviamente. Mas emprestar ao Paraguai—país isolado no interior continental, sem acesso a mercados externos, sem ouro, guerreando contra três nações por iniciativa própria?"

Enfatiza ainda que esse financiamento representou apenas aproximadamente 12% das despesas de guerra brasileiras, percentual relativamente modesto para argumentação revisionista.

Questão das Atrocidades Militares

Concernente aos crimes de guerra atribuídos ao Duque de Caxias, Doratioto confirma que foram enfatizados para macular imagem do patrono militar durante ditadura, mas reconhece sua ocorrência. Em sua obra, relata que combatentes brasileiros mataram crianças que se passavam por soldados nas trincheiras paraguaias.

"Guerra é sempre selvageria. Acusações contra Caxias integram dialética das guerras: todos os chefes militares em combate deram ordens para matar—até na Segunda Guerra, vencia-se a guerra matando mais", argumenta.

Avalia que figura histórica de Caxias "até hoje não foi suficientemente explorada pelos historiadores" e que "desmoralizá-lo na época da ditadura era desmoralizar o regime militar".

